

MODOS DE VERIDICÇÃO DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: descredibilização de sujeitos, deslegitimação de instituições e a negação

VERIDICTION OF THE ESCOLA SEM PARTIDO MOVEMENT: discrediting of subjects, delegitimization of institutions and negation

Alexandre Luiz Polizel¹
Moises Alves de Oliveira²

RESUMO: Toma-se por objetivo apresentar reflexões acerca de como o Escola sem Partido ancora seu modo de compor suas redes de verdade, ou seja, como constrói uma discursividade sobre os modos de veridicação possíveis. Para tal, volto o olhar ao sítio eletrônico do movimento Escola sem Partido. A analítica é traçada a partir do Diagnóstico do Presente sob ressonâncias Foucaultianas, a partir dos eixos operatórios do saber-poder-verdade. De tal analítica, ressoam duas linhas constitutivas: (i) descredenciamento de pensadores legitimados, e (ii) deslegitimação de saberes instituídos pelas ciências – de modo que sua percepção de conhecimento se dá por uma definição reativa-negativa.

Palavras-chave: Educação. Filosofia da Educação. Escola sem Partido. Pensamento Contemporâneo. Modos de Veridicação.

ABSTRACT: The objective is to present reflections on how Escola sem Partido anchors its way of composing its networks of truth, that is, how it builds a discursivity on the possible modes of verification. To this end, I turn to the website of the Escola sem Partido (School without Party) movement. The analytic is drawn from the Diagnosis of the Present under Foucaultian resonances, from the operational axes of knowledge-power-truth. From such an analysis, two constitutive lines resonate: (i) disqualification of legitimate thinkers, and (ii) delegitimization of knowledge instituted by the sciences – so that their perception of knowledge is given by a reactive-negative definition.

Keywords: Education. Philosophy of Education. School without Party. Contemporary Thought. Verification Modes.

¹ Professor no Instituto Federal do Espírito Santo, câmpus São Mateus. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina. Líder do *Kultur* – Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofias, Educações, Ciências, Culturas e Sexualidades. Presidente do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades do Instituto Federal do Espírito Santo, câmpus São Mateus. E-mail: alexandre.polizel@ifes.edu.br

² Professor no Departamento de Química da Universidade Estadual de Londrina. Professor no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Gecece – Grupo de Estudos Culturais das Ciências e das Educações. E-mail: moises@uel.br

NOTAS INTRODUTÓRIAS³

Pensar a educação no presente, consiste em pensar os modos pelos quais aprendemos, ensinamos, conhecemos e nos situamos no mundo. Diz-se pois os modos de aprender o mundo consistem nos meios pelos quais elaboram-se saberes sobre estes e sobre nós – bem como sobre o Eu e o Outro que o compõe. A educação, assim, consiste em um conceito para pensarmos como os currículos, as trajetórias formativas, fazem-se possíveis (SILVA, 2010). Esta trajetória é atravessada por técnicas que a instauram, e quantas técnicas criamos para que a educação se efetivasse. Elaboramos, desde técnicas de criação de instituições que ocupam das possibilidades do fazer-se e formar-se até; técnicas arquitetônicas de disciplinamento dos corpos e das mentes; regulamentações dos tempos e das idades do ‘aprender’; políticas públicas que organizam e ampliam as possibilidades de formação dos sujeitos-pensamentos... criam-se até mesmo um campo (de saber) para pensar e operacionalizar estas operações – o campo dos ensinamentos e das educações.

Esta composição de um campo educativo-formativo atravessa o tempo, em espacialidades-temporalidades para ocupação de um tempo-pensamento comum, as *school*s. As escolas tornam-se um território voltado a pensar a educação, seja em seu interior ou em sua exterioridade; seja para pensar os artefatos utilizados nesta ou as pedagogias culturais que eles operam fora desta; seja para pensar sua desescolarização – pela intervenção de outras técnicas como as pedagogias, legislações-jurisdicionalizações, psicologizações e determinismos – ou para pensar os ganhos ‘qualitativos’ e ‘quantitativos’ que os ensinamentos-educações trariam para dentro destas; seja para pensar outras escolas ou escolas outas... (MASSCHELEIN & SIMONS, 2013). O que temos, em meio a diversidade que compõe a educação, é a discussão sobre como estas são instauradas. Tomaz Tadeu da Silva (2015; 2010) nos coloca que as educações são construídas por um desejo e espírito do tempo, que há na composição das educações um desejo de organizar ou desorganizar os modos que aprendemos ser, viver, existir, pensar e desejar. Que se chega a fetichizar um ideal de educação que nos daria melhores possibilidades (como pensariam os profetas), ou que ofereceria a própria possibilidade de ser (como busca os movimentos sociais).

³ Este manuscrito é parte constitutiva de uma investigação maior, intitulada “*Psico-políticas educacionais: críticas e clínicas das culturas do presente e as (in)sensibilidades*”.

Para este (SILVA, 2015) os modos de inventar e operar as educações foram criados, mantidos, dissolvidos ou transformados por meio dos movimentos que se colocavam a torná-los vigentes. Desde os movimentos de administração dos corpos e mentes para uma formação massificada-padronizada, ao refletir-perceber as reproduções das condições sociais produzidas por estes e na busca por fraturar para que mais diferenças floresçam em tal 'curricularidade'. Acontece que todos estes movimentos tinham por base pensar um projeto-programa da ocupação do tempo comum que a educação produziria – dentro ou fora do ambiente escolar. Digo um projeto, pois este conceito remete a um interesse, um intento, um plano e um empreendimento esquemático em realizar algo; digo um programa pois este remete ao desenho normativo-enumerativo de modos de ser aplicado de modo tático ao enumerar, vigiar e regularizar o disciplinamento dos corpos e mentes; digo projeto-programa pois as múltiplas disputas de base normativa têm por intuito disciplinar-normatizar pela educação. E não pensem que trato as disciplinas enquanto algo de valor pejorativo, pelo contrário, penso com Michel Foucault que “A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 1996, p. 34), e por fixar e controlar estas regras ele possibilita o aprofundamento da elaboração de saberes e da efetuação de poderes, tornando a produção mais específica, materializável, exteriorizável e interiorizável. A disciplina garante a formação de sujeitos inclinados, pelo governmento dos corpos-mentes, a agirem em consonância, garantindo a efetuação de saberes-poderes-verdades com mais efetividade.

Não gostaria também que soasse um elogio aos jogos disciplinares, haja visto que estes se dão por bases normativas que só são possíveis a partir de um quadro de referências que define a norma em relação a um desvio – e é custoso manter esta relação, bem como os sintomas desta manutenção de fronteiras não deixam de emergir (BIRMAN, 2019). Digo com isso que os ensinamentos-educações em seu enquadramento operam de “maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1996, p. 41). Digo com isso que as educações após inventarmos o ser elaborado-pelos-homens opera modos de ser a partir das discursividades que circundam e são colocados em operação, assim, os projetos-programas educacionais buscam propor um modo de organizar e criar fronteiras sobre o educar-se normativamente ou desviar-se deste caminho em direção às margens.

Isto dá-se pois os modos de ser encontram suas bases nas discursividades circundantes, sejam elas aquelas que se reverberam, rarefazem ou as criações pulsantes – estejam operando de modo consciente ou inconsciente (GUATTARI, 2009). Isto se refere ao que Michel Foucault tratou como os “diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos se tornaram sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 231). Estes modos de subjetivação são circulantes de modo contínuo e descontínuo, fazendo-se enquanto categorias sociais que vislumbram representações e modos de ser – e os sujeitos assujeitam-se a estas categorias sociais para situar-se. Assim, ao passo que o ser humano se encontra com os modos de subjetivação e fazem-se sujeitos, estes educam seus corpos e mentes e garantem a circularidade dos discursos. Deste modo, “o sujeito é derivado das condições de poder que o precedem, a operação psíquica da norma é derivada de operações sociais anteriores, embora não de maneira mecânica ou previsível” (BUTLER, 2017, p. 30). As educações os colocam de frente as possibilidades de subjetivar-se, ao oferecer um leque de saberes-poderes-éticas para o sujeito criar a si.

Os projetos-programas educacionais são assim, projetos-programas de modos de existir que se fazem possíveis, dão as possibilidades de ser – se o ser é elaborado-pelos-homens ele o é em relação a discursividade que estes produzem, inventam e instauram. Se esta discursividade é produzida e produtora de modos de ser-subjetivar-se a questão que se encontra articulada a esta encontram-se atreladas aos modos pelos quais estes saberes – que é um saber-poder-verdade que dá condições do conhecer-ser – são validadas. A validação de tais discursividades se dão pois estas se encontram com as condições de elaboração de verdades, e a isto Michel Foucault (2010) se refere ao tratar de modos de veridicção: os modos pelos quais os saberes são legitimados e operam-se com função de verdade. Assim, nas bases dos projetos-programas (educacionais) e dos modos de subjetivação-ser-existir vinculados a estes, encontram os modos pelos quais os saberes-poderes operarão a legitimação enquanto verdadeiro. É desta percepção que neste manuscrito tenho por objetivo apresentar como o Escola sem Partido ancora seu modo de compreensão sobre o conhecimento, ou seja, como constrói uma discursividade sobre os modos de veridicção possíveis. Apresento que tal estratégia encontra-se atrelada a duas linhas constitutivas: (i) descredenciamento de pensadores legitimados, e (ii) deslegitimação de saberes instituídos pelas ciências – de modo que sua percepção de conhecimento se dá por uma definição reativa-negativa.

ANALÍTICA DE UM PROJETO-PROGRAMA (ESP)

Se me coloco a pensar os modos de subjetivação mobilizados por um projeto-programa educacional, o faço a partir de uma óptica, de um olhar, de um pensar o presente. O pensar o presente situa-se como um modo científico-filosófico de pensar as diagnoses e suas operações. Este diagnóstico do presente, encontra suas bases no pensamento de Michel Foucault (2016; Artières, 2004), que nos provoca a constituição e aos usos dos saberes de modo a compreensão da realidade e ao mobilizar as problemáticas-operações a partir destes. O diagnóstico do presente não busca neste sentido um ponto de origem ou uma determinação, mas a compreensão de como os processos contingenciais dão emergência a discursividades, que se reverberam e/ou rarefazem-se nas condicionantes culturais pungentes. Poder-se-ia dizer que este percurso elabora-se a partir de uma perspectiva (i) arqueológica, por buscar os modos pelos quais os saberes emergem e legitimam-se por modos de veridicção; poder-se-ia dizer que esta movimentação analítica é de cunho (ii) genealógico, ao considerar que os modos de veridicção e de subjetivação se dão atrelados aos poderes que os colocam em movimento (e são movimentados por estes) e nos jogos de força constituem modos de ser-pensar-estar-existir; e (iii) poder-se-ia dizer que esta analítica é de cunho estético-ético, ao passo que os saberes-poderes-veridicções são processos criativos (e muitas vezes reativos), que dão possibilidades de condição de existência diversas, bricoladas e articuladas de acordo com enquadres valorativos referenciados nos regimes de verdades vigentes (FOUCAULT, 2016; DELEUZE, 1988; MACHADO, 1981).

Situo, neste sentido, que o meu olhar analítico neste capítulo investe a uma perspectiva de composição Foucaultiana (2016; 2015; 1995) que não realiza separações de fases, mas tomo as bases arqueológicas-genealógicas-(est)éticas para pensar a contemporaneidade. E para tal tomo o movimento Escola sem Partido (EsP) como fio condutor de meu olhar-análise. Posso situar que o movimento EsP tem seu ponto de emergência, no Brasil, em 2004, sob influências de organizações estadunidenses como “No indoctrination”, “Accuracy in Media” e “Accuracy in Academia”, que visavam o controle de posições ideológicas, conteúdos curriculares e de informações em escolas, universidades e canais midiáticos americanos, conclamando, para tanto, um discurso que nomeava uma ameaça difusa a assombrar as instituições educacionais e formativas: a doutrinação

comunista dos movimentos sociais e das articulações esquerdo partidárias e anti-mercado. No seu primórdio, o EsP não adquiriu força e adesão necessária para se consolidar como preocupação e ameaça a educação cidadã. Embora disseminando, justamente, tais discursos anticomunistas, caracterizou-se, inclusive, pelo seu caráter risível e ultrapassado e pela centralidade em seu fundador, o advogado constitucionalista e ex-procurador do Estado de São Paulo, Dr. Miguel Nagib, ferrenho defensor da intervenção dos genitores na educação escolar dos filhos. A partir das jornadas sociais pelo “Passe Livre”, de junho de 2013, especialmente, como a dissolução da centralidade partidária na organização dos movimentos de rua e a ascensão da representatividade conservadora na política e na economia, o movimento tem seu marco expansionista consolidado com o apoio e as alianças a outros (anti)movimentos sociais neofundamentalistas. Tais movimentos foram responsáveis por agenciaram vontades de saber e controles nas políticas públicas educacionais direcionadas as minorias sociais, beneficiando-se da representatividade política encampada por políticos vinculados ao agronegócio, aos setores religiosos e as campanhas de armamento da população, que mobilizaram força e voz nas votações dos Planos de Educação nos anos de 2014 e 2015.

Vale lembrar que a votação dos Planos ficou marcada pelos confrontos em torno das metas e estratégias que versavam sobre a responsabilidade do Estado na Educação para os Gêneros, as Sexualidades e para a Diversidade Cultural Brasileira. Dada a pressão de (anti)movimentos religiosos como o “Pro-vida”, o “Pro-família”, o “Cristãos contra a ideologia de gênero”, o “Pela Família”, todos articulados contra a promoção dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais, especialmente no que tange a descriminalização do aborto e a visibilidade LGBTTQIA, as metas referentes aos gêneros foram retiradas do Plano Nacional de Educação e de muitos planos estaduais e municipais sob a alegação de que o Estado não deveria compactuar com uma ideologia híbrida comunista e pro-gênero. Numa rede eficaz de adulteração cínica da história (CARVALHO et al., 2017; POLIZEL, 2017), o EsP englobou tais movimentos como seus defensores e passou a operar pela disseminação de outro discurso a criar a fantasmagoria ‘Comunista-Ideologo-de-Genero’. Nessa junção de dispositivos religiosos e de discursos de medo, cria-se a falsa ideia de que os direitos reprodutivos e sexuais seriam os responsáveis pela destruição das religiões cristãs, da nação e da família, operando a partir da doutrinação de crianças e jovens dentro em fase de escolarização.

À medida que se alia a outros movimentos, a outros enunciados, a outras enunciações, como exemplo: a) a ideia de corrupção de jovens inocentes, b) a representação dos docentes como inimigos da moral, c) a manipulação de fatos históricos e políticos. O EsP também lança mão de dispositivos jurídico-legislativos para se instaurar ambientes coercitivos, delatórios e punitivos dentro das escolas, entre eles, encaminhamentos de projetos de lei em todas as esferas da nação, cuja finalidade é-se alterar leis como a Constituição, a LDB e Diretrizes Educacionais, um cartaz com deveres de professores e uma notificação extrajudicial em caso de testemunha de doutrinação partidária em sala de aula (CARVALHO et al., 2017; POLIZEL, 2017). Operando por uma lógica ressentida (POLIZEL, 2017), ou seja, pelos dispositivos de negação e proibição aos temas, conteúdos estruturantes e discussões educacionais que toquem em questões que o próprio EsP nomeia, arbitrariamente e sem explicar o porquê, como contundentes, o movimento se avolumou e representa uma ameaça a liberdade de ensinar, de pesquisar e de divulgar saberes, a prática docente e até mesmo a diretrizes educacionais vigentes.

Mesmo com os pareceres de inconstitucionalidade apontados em artigos jurídicos, notas técnicas e pareceres do Ministério Público Federal e da Procuradoria Geral da União, o EsP visa, desde 2014, estabelecer-se como dispositivo legal, legitimado pelos projetos de leis em tramitação no Congresso, Senado e casas legislativas estaduais e municipais (CARVALHO et al., 2017; POLIZEL, 2017), tentando, de toda forma coercitiva e manipulativa de leis e informações, fixar-se como uma constitucionalidade vigente, nem que por isso opere pela produção de ditaduras comissárias e de espaços de exceção. Toda exceção, nos pontua Giorgio Agamben (2004), encontra-se relacionada com uma regulação e disputa pelos modos de veridicção, e com isso dos modos de subjetivação e de existência. Como cada ditadura comissária tem seu próprio enquadre regulativo, pois tem por finalidade um modo de governo específico, estes elaboram seus próprios meios e recursos para tracionar-modalizar os modos de veridicção vigentes, para o enquadre em sua normativa. Coloco-me então interessado em compreender o modo de veridicção do movimento/projeto-programa EsP, sendo que ponho-me a compreender tal regulação-disputa, voltando meu olhar para investir um diagnóstico do presente sob dois caminhos em que vislumbro tal possibilidade nos rastros-narrativas deixados no sítio eletrônico do

Programa Escola sem Partido⁴ – espaço que acompanho desde 2014 e que passou por atualização em 2019 – buscando uma analítica das discursividades neste.

DESCREDENCIAMENTO DE PENSADORES LEGITIMADOS

Os modos de verificação consistem nos processos pelos quais as questões das verdades são colocadas em reflexão, ou seja, os modos pelos quais os saberes são considerados e tomados enquanto legítimos ou não. No percorrer o sítio eletrônico do Programa Escola sem Partido me deparo com uma primeira linha de calibração do movimento EsP para validar sua discursividades: o descredenciamento de pensadores legitimados. Se falo em descredenciamento, é por compreender que uma das bases dos saberes legitimados se encontra no processo de estabelecer credibilidade aos modos pelos quais estes foram formulados. Bruno Latour e Steve Woolgar (1997) em suas investigações acerca da produção de fatos científicos – ou seja, a produção de saberes como modo de verificação constituído pelas ciências – apresentam que as credenciais são sistemas de crédito-reconhecimento atribuídos aos sujeitos nos processos de produções de fatos científicos. Assim o crédito é atribuído aos sujeitos fazendo “referência sugere-se um modelo econômico integrado de produção de fatos” (LATOUR & WOOLGAR, 1997, p. 2015).

Os créditos e o credenciamento dos sujeitos as áreas das ciências são atribuídas, neste sentido, em relação ao potencial participativo nas redes de produção de saberes acerca de determinados fenômenos e ‘objetos’ de estudos. Os sujeitos credenciados que falam e enunciam determinados saberes por serem reconhecidos em suas participações enquanto tais. A creditação é intrinsecamente ligada ao reconhecimento, e ao reconhecimento ao falar em uma determinada área de conhecimento (LATOUR, 2011). O sujeito credenciado (creditado-reconhecido) neste sentido, fala juntamente a um campo de saber que este representa e é citado, como um aliado a este campo, agente produtor de conhecimento, atuante nesta rede de conhecimento. Michel Foucault (2016) situa que o credenciado consiste em um intelectual específico que fala nas relações microfísicas das interações do sujeito que estuda uma temática com um coletivo com o qual este pode dialogar – um

⁴ O sítio eletrônico do Programa Escola sem Partido encontra-se disponível em: <<https://www.escolasempartido.org/>>. Acesso em 05/05/2021

coletivo que pode encontrar-se dentro do campo de conhecimento estudado ou fora, na multidão daqueles que investigam e produzem saberes sobre outras coisas no campo da vida.

O processo de descredenciamento de pensadores legitimados, consiste, neste sentido, enquanto um investimento enunciativo de buscar: (i) retirar o crédito-reconhecimento de pensadores que se fazem ativos e constantemente referenciados nos múltiplos campos de saberes, na tentativa de descreditar e tornar negativado o reconhecimento de tais pensadores; e (ii) do ato de fazer calar, de interromper o diálogo entre os que falam com o descredenciado, criando mecanismos de interdição para que não se fale com o mal-falado. É este investimento para descredenciar o Outro (pensador legitimado) que vemos o EsP investir em seu programa, para elaborar um modo de veredicto por definição negativa, ou seja: nosso saber é validado neste projeto-programa pois os Outros pensadores não possuem credenciais para isso, eles são mal-falados, não podem falar com o coletivo pois perderam suas credenciais. Estes têm saber pois os outros não possuem, perderam suas credenciais. Isto é vislumbrado em inúmeros momentos no site do programa EsP, a exemplos nos textos de blog: (i) *O pesadelo de Paulo Freire*⁵; (ii) *Por que o pensamento pedagógico de Paulo Freire leva a doutrinação ideológica, política e partidária?*⁶; (iii) *Marxismo ideologia oficial da escola pública de Santa Catarina*⁷; (iv) *Como emburrecer alunos seguindo técnica de Antônio Gramsci*⁸; (v) *Saramago, o escritor predileto dos doutrinadores esquerdistas*⁹; (vi) *A mitificação de Milton Santos*¹⁰; (vii) *Paulo Freire e a 'educação bancária' ideologizada*¹¹; (viii) *Viva Paulo Freire*¹²; entre outros... Em tais textos a estratégia é a desvinculação e vinculação, movimentos estes que movimentam os sistemas

⁵ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/o-pesadelo-de-paulo-freire/>>. Acesso em 04 de março de 2022

⁶ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/por-que-o-pensamento-pedagogico-de-paulo-freire-leva-a-doutrinacao-ideologica-politica-e-partidaria/>>. Acesso em 04 de março de 2022

⁷ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/marxismo-ideologia-oficial-da-escola-publica-de-santa-catarina/>>. Acesso em 04 de março de 2022

⁸ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/como-emburrecer-alunos-seguindo-tecnica-de-antonio-gramsci/>>. Acesso em 04 de março de 2022

⁹ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/saramago-o-escritor-predileto-dos-doutrinadores-esquerdistas/>>. Acesso em 04 de março de 2022

¹⁰ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/a-mitificacao-de-milton-santos/>>. Acesso em 04 de março de 2022

¹¹ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/paulo-freire-e-a-educacao-bancaria-ideologizada/>>. Acesso em 04 de março de 2022

¹² Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/viva-paulo-freire/>>. Acesso em 04 de março de 2022

de creditação e descreditação dos sujeitos. Os processos de vinculação consistem naqueles que aproximam o sujeito à um 'outro' (sujeito, acontecimento, objeto, valor...) pelo princípio da identidade-identificação; enquanto o processo de desvinculação consiste na cisão, separação, afastamento, da diferenciação em relação a um 'outro' (LATOURE & WOOLGAR, 1997).

O pensador mais citado pelo programa EsP é Paulo Freire, sendo a estratégia lançada sobre este similar para com os outros pensadores. O movimento de vinculação para com este se dá em ao menos três relações: (i) a vinculação com a figura de não possuir “nenhuma preocupação metafísica, anti-religioso, anticatólico, marxista de carteirinha, defensor de ditaduras comunistas e de regimes populistas e demagógicos”¹³, ou seja, uma vinculação com os (neo)marxismos e ao mesmo tempo com um perfil anti-religião – o que é tomado como verdadeiro pelos apoiadores do movimento por seu perfil anti-marxista e suas bases de propagação judaico-cristãs (principalmente carismática, ortodoxa e neopentecostal) (POLIZEL, 2019a; 2019b; TIBURI, 2016); (ii) a vinculação a ideia de que estes pensadores são influências ou foram influenciados por “militantes petistas”¹⁴, ou seja, estes são descredenciados pois são creditados por um determinado grupo de representação partidária e de seus ideais – o que é tomado enquanto válido devido ao anti-petismo mobilizado pelos apoiadores do movimento (CARVALHO & POLIZEL, 2018), sendo que para muitos eleitores que elegeram candidatos que utilizaram do EsP como plataforma eleitoral, estes eram sinônimos de combate ao Partido dos Trabalhadores por meio da educação; (iii) a vinculação a ideia de que os pensamentos destes são baseados em um “simplismo do pensamento”¹⁵, sendo que não há credenciais pois não são saberes complexos para serem validados – inclusive devido a isso podem ser refutados por opiniões (REICH, 1988; SCHWARCZ, 2019); (iv) a vinculação ao sentido de que tais pensadores querem uma educação “assumidamente ideológica”¹⁶, logo são em sua base “com sua postura político-ideológica, reduzido[s] a mero

¹³ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/saramago-o-escritor-predileto-dos-doutrinadores-esquerdistas/>>. Acesso em 04 de março de 2022

¹⁴ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/saramago-o-escritor-predileto-dos-doutrinadores-esquerdistas/>>. Acesso em 04 de março de 2022

¹⁵ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/paulo-freire-e-a-educacao-bancaria-ideologizada/>>. Acesso em 04 de março de 2022

¹⁶ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/paulo-freire-e-a-educacao-bancaria-ideologizada/>>. Acesso em 04 de março de 2022

doutrinador!”¹⁷, são perversores da educação e da juventude e promovendo uma educação que “Prometem cidadãos, entregam maus alunos”¹⁸, sendo essa estratégia dual que de um lado representam estes pensadores como sujeitos a serem descredenciados por serem ideólogos e meros doutrinadores e de outro influenciando para a produção de um dano social (DUNKER, 2015).

Esta vinculação ao que descredencia, requer de outro lado uma desvinculação do que credenciaria. Vê-se como estratégia de desvinculação a tentativa de separar os pensadores daquilo que eles gerarem de produtividade para tornarem-se uma referência, serem reconhecidos e creditados enquanto sujeitos que nos dizem algo. Um primeiro movimento pode ser observado no texto de Olavo de Carvalho, “Viva Paulo Freire”, publicado no blog do programa EsP em que o mesmo, relata:

Vocês conhecem alguém que tenha sido alfabetizado pelo método Paulo Freire? Alguma dessas raras criaturas, se é que existem, chegou a demonstrar competência em qualquer área de atividade técnica, científica, artística ou humanística? Nem precisam responder. Todo mundo já sabe que, pelo critério de “pelos frutos os conhecereis”, o célebre Paulo Freire é um ilustre desconhecido. As técnicas que ele inventou foram aplicadas no Brasil, no Chile, na Guiné-Bissau, em Porto Rico e outros lugares. Não produziram nenhuma redução das taxas de analfabetismo em parte alguma (CARVALHO, 2012. s/p/).¹⁹

A tentativa evidenciada é de um movimento duplo: (i) de um lado há a estratégia de aproximar o expectado aliado ao movimento de um saber que se valida por ele mesmo, é sua posse, e só pode ser evidenciado por seu próprio olho-conhecimento (“Vocês conhecem”), típico de um processo de empirismo ingênuo – se é que podemos chamar de empirismo – no qual a verdade só pode ser vista e revelada pelos olhos do próprio sujeito, a verdade revelada que tem em sua base o pensamento judaico-cristão do saber como propriedade do indivíduo (FOUCAULT, 2010; 2008), aproxima o direito da veridicção ao sujeito aliado e com isso desvincula o pensador de seu legado; e (ii) ao mesmo tempo levanta questionamentos de grande complexidade para explicar “Alguma dessas raras criaturas, se

¹⁷ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/marxismo-ideologia-oficial-da-escola-publica-de-santa-catarina/>>. Acesso em 04 de março de 2022

¹⁸ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/prometem-cidadaos-entregam-maus-alunos/>>. Acesso em 03 de março de 2022

¹⁹ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/viva-paulo-freire/>>. Acesso em 04 de março de 2022

é que existem, chegou a demonstrar competência em qualquer área de atividade técnica, científica, artística ou humanística?” e afirmações fantasiadas como fatos “Não produziram nenhuma redução das taxas de analfabetismo em parte alguma”, de modo que frente a esta problemática e esta afirmação “Nem precisam responder” – apela-se ao desejo de acreditarem para que com isso se desvincule o sujeito de sua produção.

Essa desvinculação encontra suas bases em uma terceira força reativa que busca separar pensador-reconhecimento, o que vislumbramos ao olhar para a indicação “Mas o pior mesmo são os intelectuais que falseiam as visões político-ideológicas de Milton Santos para pintá-lo como humanista e defensor da democracia”²⁰. A desvinculação aqui se dá no encontro de afastar os pensadores de concepções sociais que marcam o pensar da (pós)modernidade: (i) o humanista, ou seja, que trata o sujeito enquanto sujeito da razão, da ação e da valorização das liberdades, vidas e bem-estar (KANT, 2006; FOUCAULT, 2014; FROMM, 1964); e (ii) da democracia, enquanto um modo de pensar as políticas pela participação coletiva, dialogada e de tomadas de decisões participativas em nome de um ‘povo’. Afasta-los de tais concepções consiste em torna-los sujeitos que não pensam o humano e não pensam humanamente, não desejam participações coletivas e não atuam coletivamente, é torna-los sujeitos desvinculados do próprio senso de sociedade. A tentativa de desvinculação, neste sentido, se dá buscando: separar os pensadores legitimados de suas obras-saberes-ações pelas quais são reconhecidos e, separá-los e invertê-los em relação ao pensamento humanístico-democrático, colocando-os como inimigos a serem combatidos pois estes atentam contra o social – e ao levantar tal indicação, os tornam ‘inimigos da sociedade’ e os inimigos nunca possuem credenciais.

DESLEGITIMAÇÃO DE SABERES INSTITUÍDOS PELAS CIÊNCIAS

Se os modos de verificação por um lado encontram-se atrelados aos sujeitos envolvidos nos processos de produção de saberes, por outro estes encontram-se relacionados as instituições que as produzem e a suas tipologias. Digo com isso que ao um saber ser produzido, ele o é em uma localidade, em uma instituição social. Cada instituição

²⁰ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/a-mitificacao-de-milton-santos/>>. Acesso em 04 de março de 2022

elabora e compõe determinados tipos de saber²¹. No cenário brasileiro temos as escolas destinadas a elaboração e mobilização de saberes escolares e, as universidades e institutos de pesquisa voltadas aos saberes científicos. Ao menos esta é a separação que fazemos em nosso uso comum e resumido dos termos.

Neste sentido, os saberes produzidos encontram-se articulados as instituições as quais agenciam as condições para tais (LATOURE, 2020; 2011) e que possibilitam os usos sociais destes (BOURDIEU, 2004). Há neste sentido uma legitimação dos saberes em sua associação com a instituição que opera e investe na produção de tais. Há modos de veridicção atrelados as instituições, haja visto que a “reflexão coletiva [...] mobiliza todas as forças vivas da instituição” (BOURDIEU, 2004, p. 65), elaborando os saberes enquanto coletivizados e coletivizantes, dispondo dos recursos e da própria organização desta para tal. Estas engendram-se nos modos de veridicção pois são pensadas, tracionadas e compostas a partir e para operacionalizar estes. Se as instituições de produção e disciplinamento de saberes escolares-científicos promovem a efetuação destes saberes, atrelados a seus modos de veridicção evidenciáveis por estes, estas instituições mantem-se em operação (TSING, 2019; FOUCAULT, 2016). Se é desejável a alteração destes modos-instituições é preciso, de certo modo, apresentar seu não-funcionamento.

O programa EsP compreende tal aspecto, e devido a isso coloca em operação um processo de deslegitimação das instituições e dos saberes produzidos pelas escolas-ciências. Por legitimação compreende-se o processo pelo qual algo é considerado legítimo, fundamentado, amparado por um sistema normativo que referência e é referenciado pelo mesmo (FOUCAULT, 2016; 2010; Birman, 2019). Aquilo que é legitimado é por justificativa das racionalidades compreendido como razoável em sua relação referencial (KANT, 2018; 1958). O legítimo é criado-eleito como modo a se viver, sob uma localização valorativa-moralizante (NIETZSCHE, 2019; 2012; 1974). O ato ou efeito de deslegitimar compreende o investimento reativo do tornar algo não legítimo, não justificado racionalmente-razoavelmente, o não moralmente aceito enquanto modo a ser vivido. A deslegitimação é,

²¹ Não tenho por intuito dizer aqui que uma instituição se encontra relacionada a um tipo específico de conhecimento, pelo contrário, considero os modos de saber atrelados ao seu modo de produção e a sua operacionalização do pensamento, como nos pontua Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010). O que quero situar aqui é que nas sociedades (pós)modernas há instituições sociais que se dedicam a elaboração e disciplinamento dos corpos com um intuito: as escolas voltadas a produção e disciplinamento por meio de saberes escolares; as universidades e institutos de pesquisa interessadas na produção e disciplinamento de-por saberes científicos.

assim, um movimento desvalorativo, desreferenciativo e anulação da autoridade discursiva – ancorada na noção de saber-poder-verdade.

O programa EsP opera a deslegitimação por duas vias: (i) a deslegitimação atacando a instituição de produção de saber e/ou (ii) a deslegitimação do próprio campo de saber científico. O processo de deslegitimação atacando a instituição de produção de saber se dá por quatro linhas operatórias. A primeira linha operatória consiste no (a) ataque a instituições de saberes escolares, como vemos nos textos do programa EsP em *Escola Kids doutrinação, desinformação e algo mais*²², *Ainda o molestamento ideológico nas escolas*²³, *Mãe de aluna relata doutrinação, bullying e alienação parental em escola particular do Macapá-AP*²⁴, *Aluna desabafa ‘estou cansada, cansada!’*²⁵, entre outros... Evidencia-se que nas os textos elaborados por meio do programa EsP, há um investimento em colocar as instituições de saberes escolares em questionamentos, e isso se dá em três linha de sentido: i) a construção da ideia de que a escola deve passar por uma reformulação, devido a esta não ser um lugar seguro pois nesta os professores aliciam e alienam os estudantes e até mesmo os pais são enganados por estas, haja visto que “Achamos que a escola é um lugar seguro, mas com a doutrinação, se torna tudo de mais degradante. Eles estão aliciando os nossos filhos para usá-los como idiotas úteis.”²⁶; (ii) a elaboração de que os estudantes “não aguentam mais” o espaço escolar por não aguentarem “mais a ideologia esquerdista” que domina está e tem por objetivo “objetivo que é atacar o Bolsonaro, atacar o capitalismo, e atacar os policiais”²⁷; e (iii) dissemina a noção de que as escolas não apresentam problemas

²²Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/escola-kids-doutrinacao-desinformacao-e-algo-mais/>>. Acesso em 28 de março de 2022

²³ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/ainda-o-molestamento-ideologico-nas-escolas/>>. Acesso em 28 de março de 2022

²⁴ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/mae-de-aluna-relata-doutrinacao-bullying-e-alienacao-parental-em-escola-particular-de-macapapa/>>. Acesso em 25 de março de 2022

²⁵ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/aluna-desabafa-estou-cansada-cansada/>>. Acesso em 10 de março de 2022

²⁶ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/mae-de-aluna-relata-doutrinacao-bullying-e-alienacao-parental-em-escola-particular-de-macapapa/>>. Acesso em 25 de março de 2022

²⁷ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/aluna-desabafa-estou-cansada-cansada/>>. Acesso em 10 de março de 2022

estruturais ou de “falta de recursos”, mas a problemática de que “99% deles [os professores] eram de esquerda e negavam que o comunismo existia”²⁸.

O que vemos neste sentido é um programa de deslegitimação da instituição escolar pela construção da ideia de que esta espacialidade é um lugar perigoso para os estudantes, que a qualquer momento podem ser aliciados e alienados, furtados em sua inocência, convertidos a desviados. Esta concepção opera a associação da instituição escolar a um espaço que precisa de normas e regramentos para tornar-se seguras novamente. O desejo de uma regulamentação com maior vigilância e punição aos sujeitos neste espaço, uma aproximação do modelo da escola ao modelo da prisão (FOUCAULT, 2014; DELEUZE, 1988). O tornar a localidade enquanto perigosa é o investimento para deslegitimar a instituição. Um segundo movimento é a tentativa de vincular a instituição da escola em seus moldes atuais a um espaço contaminado por uma ‘ideologia petista’. Diz com isso que os saberes que estão nesta localidade não tem mais legitimidade pois tornaram-se ideológicos, são saberes falseados com o intuito de governo e de dominação. Este consiste em um movimento de inversão, no qual torna o Outro-ideológico como algo a ser combatido para ter a garantia daquilo que deseja tornar normativo como algo que não pode-deve ser atacado (CHAUÍ, 1984; 1980). A inversão, é característica do pensar ideológico (ADORNO, 2015; 2006; ADORNO et al., 1995; ADORNO & HORKHEIMER, 1991; MARX, 2013).

E um terceiro movimento atravessa a deslegitimação da instituição escola e do saber escolar, o localizá-la em sujeitos. Wilhelm Reich (1988) apresenta em sua obra *Psicologia das massas do fascismo*, que o investimento para a eliminação de modos de pensar-existir atravessa a eleição de um Outro a ser combatido que pode representar quem coloca possibilidades-potencialidades em movimento. Aqui vê-se que o professorado é eleito enquanto sujeitos que manifestam todo mal, abrindo inclusive um espaço para definir que ‘99%’ destes são elegíveis para serem combatidos. Este investimento discursivo que busca maior vigilância-punição, cercear discussões-saberes e eleger o professorado como fonte de todo mal são discursividades que dão abertura as reformas neoliberais no campo da educação. A abertura para a reformulação curricular, direcionamento de temas rentáveis-conservativos e flexibilização dos planos de contratação-efetivação de funcionários-docentes

²⁸ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/mae-de-aluna-relata-doutrinacao-bullying-e-alienacao-parental-em-escola-particular-de-macapa-ap/>>. Acesso em 25 de março de 2022

(FREITAS, 2018). A aliança aqui se dá duplamente ao gerar convencimento da deslegitimação da escola e devido a isso a demanda de sua reforma, e ao financiamento-apoio de grupos que se interessam pela reforma neoliberal da educação.

Todavia a reforma neoliberal da educação básica se esbarraria com um problema: como garantir um ‘novo’ currículo empresarial se a venda do sonho de ‘ingresso’ em uma instituição de ensino superior de qualidade, os exames de entrada, guiam o currículo. É preciso então investir em um segundo movimento: (b) o ataque aos modos de ingresso em universidades públicas. Vê-se proliferar inúmeros ataques aos ‘exames de ingresso’, ou melhor, mas palavras do próprio blog do programa os mesmos ressaltam que “Já expus aqui mais de uma vez o filtro ideológico que passou a vigorar no processo de seleção para ingresso nas universidades públicas brasileiras”²⁹. As postagens mais antigas do blog, que datam de 2006, são constantemente atrelados a ataques aos modos de ingresso nas universidades públicas. São atacadas instituições como a Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Pará, Universidade de Brasília³⁰, Universidade Federal do ABC³¹, Universidade Federal de Uberlândia³², Universidade Federal de Ouro Preto³³, Universidade Federal de Pelotas³⁴, entre outras... Estranhamente após o Exame Nacional do Ensino Médio passar a ser considerado um sistema de seleção unificado, este também passa a ser atacado enquanto um exame ‘ideológico’³⁵. Percebe-se neste sentido que o programa EsP compreende que os exames de ingresso possuem uma força de tração nas composições e movimentações curriculares, sendo que estes passam então a olhar pata estes, vigiá-los e gritar constantemente por “Exames sem Ideologias”³⁶. A estratégia consiste em um processo

²⁹ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/universidade-federal-do-para/>>. Acesso em 10 de março de 2022

³⁰ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/o-vestibular-criminoso-da-universidade-de-brasilia-frauda-a-constituicao-e-ate-a-musica-de-caetano-veloso/>>. Acesso em 10 de março de 2022

³¹ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/category/artigos-e-videos/>>. Acesso em 10 de março de 2022

³² Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/socialismo-so-na-america-latina-enade-2007/>>. Acesso em 10 de março de 2022

³³ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/centro-de-difusao-do-comunismo-na-universidade-federal-de-ouro-preto-mg/>>. Acesso em 10 de março de 2022

³⁴ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/lacaios-da-esquerda-na-universidade-federal-de-pelotas/>>. Acesso em 10 de março de 2022

³⁵ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/academicos-atacam-doutrinao-do-enem/>>. Acesso em 10 de março de 2022

³⁶ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/exames-sem-ideologia/>>. Acesso em 10 de março de 2022

de intervenção nos exames – e inclui-se nesta lista o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes³⁷ – para eliminar dos processos avaliativos temáticas que estes consideram ‘ideológicas’ e a possibilidade de não discutir temas que ‘desinteressam’ a tais movimentos.

A tentativa de tais investimentos é cercear o ingresso, interferir³⁸ na elaboração dos exames e disputar as discussões curriculares. A deslegitimação dos exames e o desejo de reverter estes abrem espaço para intervenções de iniciativa privada nas provas (FREITAS, 2018), de criação de mecanismos de reprodução de desigualdades sociais (BOURDIEU & PASSERON, 1992) e da criação de mecanismos de negação de culturas minoritárias nos currículos torcendo-os por meio das elaborações avaliativas de larga escala (SANTOME, 2013). Ao encontrarem dificuldades na interferência dos exames nacionais e por compreender que a formação de professores e os exames – como já pontuado aqui, atacados e deslegitimados pelo programa para justificar reformulações –, os membros do movimento colocam-se a atacar as próprias instituições de produção de saberes científicos, as Universidades Públicas. Como estratégia para tal deslegitimação, o programa EsP vale-se de três aspectos: entorpecimento, dominação e sexualização.

No texto e vídeo “Estudantes da UFSC reagem contra a privatização da universidade por maconheiros e esquerdistas” há uma representação de manifestação de sujeitos vestidos as cores e carregando a bandeira do Brasil. A discursividade aqui apresenta um movimento dual, de um lado buscam representar a Universidade como um espaço que se encontra dominado por sujeitos que se entorpecem – com uso de substância cannabióide ou por vinculação a vertente política de esquerda – e de outro situam os ‘entorpecidos’ como sujeitos que desejam utilizar do espaço público como se fosse privado. Há uma tentativa de depreciação dos sujeitos por vínculo político ou por uso de substâncias, sendo assim investido uma discursividade de que o problema da universidade pública são os sujeitos que

³⁷ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/socialismo-so-na-america-latina-enade-2007/>>, <<http://www.escolasempartido.org/blog/enade-2012-o-provao-de-jornalismo-da-escolinha-do-professor-mercadante-tara-esquerdopata-odio-a-midia-e-ignorancia-em-dois-idiomias/>>. Acesso em 10 de março de 2022

³⁸ Vê-se a exemplo a tentativa do governo do então presidente Jair Bolsonaro de interferir no Exame Nacional do Ensino médio de 2019, 2020 e 2021; o que foi blindado e impedido pelo sistema de estruturação da prova. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/11/16/interna_internacional,1323235/governo-bolsonaro-e-acusado-de-interferir-no-enem.shtml>, <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/enem-e-vestibular/estrutura-de-montagem-do-enem-consegue-blindar-prova-de-influencia-do-governo-analisam-especialistas-25286351>>. Acesso em 9 de março de 2022

há compõem. Colocam em questões um desejo selecionar quem pode ou não ocupar, frequentar e se formar na universidade pública, opera uma seletividade de modos de ser, busca delinear quem deve ficar fora da universidade – expulsão essa que priva a entrada de sujeitos em relação a interesses privados daqueles que não os desejam ali, da privatização.

Ao mesmo tempo vincula os estudantes de esquerda a drogas ilícitas, o que pode representar dois aspectos: deseja relacionar os sujeitos a posição de criminosos devido a ilicitude de tal planta-substância supostamente consumida; e/ou deseja relacionar os sujeitos nesta posição como sujeitos menos pensantes, sugerindo um pensamento não normativo por efeitos de substâncias que alteram a consciência. A tentativa aqui é a expulsão dos sujeitos, o cerceamento do espaço e a seleção de modos de ser que podem ter acesso a este – por meio de um discurso depreciativo do Outro (HAN, 2017). Em seus textos, o programa EsP investe em difundir que há uma dominação na universidade pública, há a difusão da ideia de que a universidade é uma instituição dominada pela ideologia e doutrinação da esquerda. A exemplo no texto “Bela adormecida percebe que a universidade não é príncipe encantado”³⁹, texto em que a autora relata ser estudante de administração e ao ter se inscrito em tópicos avançados de administração se revoltou ao ter que ler textos e apresentar um seminário sobre como os gêneros e as sexualidades afetam no mercado de trabalho e nas rotinas administrativas. Para a autora do texto “talvez o professor tenha confundido com tópicos avançados em militância e pensamento revolucionário”. Os textos que abrem crítica a universidade pública repetem constantemente que há uma dominação do pensamento de esquerda nesta e devido a isso elas (as universidades) precisam passar por uma reformulação e cerceamento que o programa EsP conferiria.

Evidencia-se que as discursividades circundantes aqui, remetem a um desejo de expulsão e regulamentação de saberes e conhecimentos que possam ser associados a esquerda. Os pensamentos colocados como dominantes e doutrinadores encontram-se articulados a questões identitárias, neomarxistas, críticas do agronegócio, do capitalismo e do atual representante do executivo (o então presidente Jair Bolsonaro e sua base governamental). Vê-se que a associação da universidade pública com uma suposta dominação ideológica encontra-se ligado ao desejo de regulamentar três agências: (i) a agência crítica, enquanto aquela que nega, questiona, problematiza e reflete modos de

³⁹ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/bela-adormecida-percebe-que-universidade-nao-e-principe-encantado/>>. Acesso em 10 de março de 2022

governo vigentes (FOUCAULT, 1990); (ii) da agência minoritária, que coloca a refletir como os sujeitos em sua singularidades diferenciam-se e diversificam-se, e como tais fatores encontram-se atravessados nos modos de ser, estar, existir e se relacionar na contemporaneidade (MISKOLCI, 2018); e (iii) da agência reflexiva, ou seja, daquela que coloca os processos socioculturais de frente aos mecanismos de funcionamento destes, coloca-os a serem pensados em suas funções e operacionalizações sociais, refletem o sujeito em suas relação com as ciências e as técnicas – diz-se, a agência que toca as subjetividades e o humano em relação aos conhecimentos-técnicas (OLIVEIRA et al., 2021).

O programa EsP trata o espaço universitário enquanto dominado por ideologias de esquerda ao passo que este mobiliza a crítica, a reflexão e os aspectos socioculturais atrelados aos saberes. Um terceiro aspecto, e talvez aquele que articule os pontos anteriores, é o movimento de deslegitimação das universidades públicas por associá-las a (iii) disseminação de que estas estão dominadas pelos estudos de gêneros e sexualidades e pela sexualização-perversão dos acadêmicos. Os textos pós-2014 – momento em que o movimento EsP se aglutina no entorno do sintagma da ‘ideologia de gênero’, deixando o ‘anti-marxismo’ em segundo plano – encontram-se recheados de referências a depreciação das universidades devido à infiltração dos estudos de gênero-sexualidade: *Universidade Federal em tempos petistas, vagina é costurada em evento chamado ‘xereca satânik’*⁴⁰, *Escola sem Partido obtém liminar na justiça para que calouros da UFLA não sejam obrigados a participar de oficinas de feminismo, gênero e história do movimento LGBT*⁴¹, *Doutrinação ideológica na educação física*⁴², entre outros... A tentativa do programa EsP é colocar os estudos de gênero, segundo eles “A ideologia de gênero no banco dos réus”⁴³, que segundo o idealizador do programa utilizam da “utilizando a máquina do Estado para promover suas próprias convicções, induzindo professores desavisados a violar o direito dos

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/universidade-federal-em-tempos-petistas-vagina-e-costurada-num-evento-chamado-xereca-satanik-na-uff-voce-estao-lendo-direito-chefao-do-departamento-diz-que-os-criticos-da-festa-sao-conservadores-e-de/>>. Acesso em 10 de março de 2022

⁴¹ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/escola-sem-partido-obtem-liminar-na-justica-para-que-calouros-da-ufla-nao-sejam-obrigados-a-participar-de-oficinas-de-feminismo-genero-e-historia-do-movimento-lgbt/>>. Acesso em 10 de março de 2022

⁴² Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/doutrinacao-ideologica-em-educacao-fisica-autor-de-denuncia-contra-univesp-mata-a-cobra-e-mostra-o-pau/>>. Acesso em 10 de março de 2022

⁴³ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/a-ideologia-de-genero-no-banco-dos-reus/>>. Acesso em 10 de março de 2022

pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos” e tratam “seus alunos como cobaias da teoria de gênero”. A ideia do programa é que os estudos de gênero e sexualidade pervertem os sujeitos pois as sexualidades ‘desviantes’ violam a moral.

São as sexualidades, para estes, que agenciam os desejos que escapam e pervertem um quadro valorativo de normalidade-normatividade (FOUCAULT, 2016; 2015; 1996). São os gêneros e as sexualidades colocados a serem pensados e refletidos nos espaços universitários que deslegitimam, pois tocam temáticas que não deveriam ser pensadas. E estes não pensam de modo alguém que isto reflete uma não educação sexual, mas isto coloca a normativa vigente em questionamento (POLIZEL, 2019a; 2019b). A questão aqui é indagar sobre os limites do desejo e sobre a continuidade da moralidade dos pais quando estes ingressam ao campo universitário. O desejo é o veículo de interdição e se o desejo é negado de ser associado-pensado é pelo reconhecimento do desejo ao seu atrelar aos modos de ser-subjetivar (FREUD, 2014; 2010a; 2010b). A sexualidade aqui é vista como um campo de exercício do poder, ao ser trazido a toda saberes sobre estes, e apresentar possibilidades de ser a partir destes (FOUCAULT, 2015; 2010; FREUD, 1981b). A sexualidade aqui é combatida por colocar a identificação dos modos de sujeição e de subjetivação em fluxo de pensamento (BUTLER, 2017).

E o mecanismo é a deslegitimação, por demandar uma (re)alocação do sexo-poder como um campo do sacro-profano (FREUD, 1981a), e/ou como dispositivo de subjetividade-governanento (FOUCAULT, 2016; 2010; 2008), e/ou enquanto mecanismo de singularização em tempos de massificação (REICH, 1988; Fromm, 1983; 1964) – e o mesmo se aplicaria a associação com campos políticos e com substâncias psicoativas, supracitadas. Acontece que estes investimentos de deslegitimação resvalam para além da universidade pública, pretendem atacar seu órgão regulador e que lhe confere autonomia para o pensar: o programa EsP investe ataques ao próprio Estado (ressalta-se, quando não utiliza seu nome (do Estado) para buscar conferir a si mesmo verniz de constitucionalidade). Vemos que o estado é atacado por duas frentes: (i) o Estado é atacado enquanto instituição que não age agressivamente-belicosamente contra as outras instâncias que deveria a(u)tuar e regular – as escolas, exames de ingresso e universidades públicas (vide *Proteja suas crianças do molestamento do estado*⁴⁴); e (ii) por permitir a existência de políticas públicas que abrem

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/protejam-suas-criancas-do-molestamento/>>. Acesso em 10 de março de 2022

espaços para as ‘doutrinações ideológicas’, como ataques ao Plano Nacional de Educação (*Plano Nacional de Educação, uma ameaça a liberdade*⁴⁵ e, *Plano Nacional de Educação irá aprofundar a doutrinação no ensino*⁴⁶) e a Base Nacional Comum Curricular (*As ciências humanas na Base Nacional Comum Curricular*⁴⁷).

Nestas duas frentes há um mesmo eixo operativo, a ideia de que o Estado é a máquina por meio do qual a ‘doutrinação ideológica’ é empregada e a quem a ‘má formação’ deve ser responsável. Para estes o Estado é então a base responsável pelo mal funcionamento normativo-utilitário-mercantilista das outras instâncias. Assim, há duas possibilidades possíveis para o estado (não necessariamente mutuamente excludente): (i) o Estado reconhecer o programa EsP enquanto projeto-programa educacional, bem como mecanismos para operacionalização do mesmo, envolvendo revisões curriculares, nos modos de contrato de trabalho e penais (para com docentes); e/ou (ii) a flexibilização na atuação do Estado, garantindo uma redução deste e transferência das instituições educacionais a gestão privada-mercadológica (SILVA & SILVA, 2019). A deslegitimação das instituições – escolares, universitárias e do próprio Estado – resvala em uma segunda linha constitutiva do ato de deslegitimar: a deslegitimação do próprio campo de saber científico. Este se dá em duas bases: (a) a ideia de que as Ciências Humanas não são um campo científico, mas sim um campo ideológico contaminado pelo pensamento de esquerda e pelos marxismos e estudos de gêneros e sexualidades. Para o programa EsP estas ideologias contaminaram todo saber que se diz científico e possui contato com estes, devido a isto devem ser deslegitimados (SOUZA, 2021). E, o mesmo, traz também que os saberes são validados enquanto científicos quando não refletem suas funções sociais e quadro de produção cultural (CARVALHO et al., 2016).

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/plano-nacional-de-educacao-uma-ameaca-a-liberdade/>>. Acesso em 10 de março de 2022

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/plano-nacional-de-educacao-ira-aprofundar-doutrinacao-no-ensino/>>. Acesso em 10 de março de 2022

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/as-ciencias-humanas-na-base-nacional-comum-curricular/>>. Acesso em 10 de março de 2022

CONSIDERAÇÕES E VERIDICÇÕES

Assim, ao nos perguntarmos dos modos de veridicção pelos quais o programa EsP coloca-se a pensar os processos de validação e qualificação dos saberes, vemos que este lança de estratégias articuladas em duas linhas constitutivas-operatórias: (i) descredenciamento de pensadores legitimados e a (ii) deslegitimação de saberes instituídos pelas ciências. Vemos assim que o programa EsP não apresenta modos de compreender, pensar e validar saberes, não possui em seu projeto a apresentação de modos de veridicção: seu modo de validar-legitimar-credenciar conhecimentos encontra-se validado por uma definição reativa-negativa.

Esta definição reativa-negativa reivindica a si o estatuto de verdadeira ao passo que: reage aos saberes dos outros – de intelectuais consolidados e reconhecidos, bem como de instituições e do estatuto das ciências modernas –, e os nega. O seu empreendimento discursivo é para esses verdadeiro, ao passo que reivindicam para si a legitimidade de descredenciar e deslegitimar os Outros, de tratá-los como falsos, doutrinatórios e alienantes. Há aqui uma estratégia perigosa, de elaborar um estatuto de verdade ancorado em modos de veridicção reativos-negativos: do tornar sujeitos selecionados – os bons cidadãos que seguem o movimento – enquanto portadores da palavra verdadeira. Esta reatividade-negatividade, explano eu, torna em sua base três operadores sintomas possíveis no pensamento contemporâneo: i) o não reconhecimento de contradições, base para um pensamento dialético, constitutivo e das ciências; ii) a não admissão de possibilidade de validação de modos diversos-diferenciáveis de pensar, ao passo que a negação e a reatividade atentam contra a diferença; e iii) a reatividade-negação como incansável busca do descredenciar-deslegitimar o Outro que opera por um devir ou é estranhamente familiar, levando a supressão de heterogêneses e a homogeneidade-monocultura dos pensamentos. Sintomaticamente no descredenciar-deslegitimar, nos modos de veridicção reativos-negativos, que por não localizar os modos de verificação de saberes, atentam para uma lógica do indivíduo que possui a propriedade da veridicção: é o pastor neopentecostal do EsP que postula as verdades, ao negar os Outros.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. Ensaios sobre psicologia social e psicanálise. São Paulo: Unesp, 2015.

_____. A teoria freudiana e o padrão de propaganda fascista. Margem esquerda: Ensaios marxistas, 2006. v.7, p. 164-189

ADORNO, T.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D.; STANFORD, N. La Personalidade Autoritária (Prefacio, Introduccion y Conclusiones). EMPIRIA – Revista de Metodologia de Ciências Sociales, 2016. n.2, p. 155-200

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

AGAMBEN, G. Estado de Exceção. São Paulo: Biotempo, 2004.

ARTIÈRES, P. DIZER A ATUALIDADE: o trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GRÓS, F. Foucault: a coragem da verdade. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 15-38.

BIRMAN, J. CARTOGRAFIAS DO AVESSE: escrita, ficção e estéticas de subjetivação. São Paulo: Civilização Brasileira, 2019.

BOURDIEU, P. USOS SOCIAIS DA CIÊNCIA: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

_____; **PASSERON, J.** A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BUTLER, J. A VIDA PSÍQUICA DO PODER: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CARVALHO, F.A.; POLIZEL, A.L.; MAIO, E.R. UMA ESCOLA SEM PARTIDO: discursividade, currículo e movimentos sociais. Revista Semina – Ciências Humanas e sociais, v. 37, n.2, p. 193-210, 2016.

CHAUÍ, M. O que é ideologia? São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **REPRESSÃO SEXUAL:** essa nossa (des)conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DELEUZE, G. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DUNKER, C. Mal-estar, sofrimento e sintoma. São Paulo: Boitempo, 2015.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

_____. História da sexualidade I: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **A HERMENÊUTICA DO SUJEITO:** curso dado em Collège de France (1981-1982). São Paulo: Editora WMF Martins Fonte, 2010.

_____. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **ORDEM DO DISCURSO:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **SOBRE A GENEALOGIA DA ÉTICA:** uma revisão do trabalho. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.253-278.

_____. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. Bulletin de la Société française de philosophie, Vol. 82, n° 2, 1990, pp. 35 - 63, (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafetá Borges e revisão de wanderson flor do nascimento. Disponível em <<http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/critica.pdf>>. Acesso em 30 de março de 2022

FREITAS, L.C. A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREUD, S. Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

_____. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

_____. Totem y tabu. In: FREUD, S. Obras completas de Sigmund Freud – Tomo II. Biblioteca Nueva: Barcelona, 1981a, p. 1745-1850.

_____. Tres ensayos para una teoría sexual. In: FREUD, S. Obras completas de Sigmund Freud – Tomo II. Biblioteca Nueva: Barcelona, 1981b, p. 1169-1237.

FROMM, E. Psicanálise da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1983.

_____. Análise do homem. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1964.

GUATTARI, F. As três ecologias. Campinas: Papyrus, 2009.

HAN, B. LA EXPULSION DE LO DISTINTO: percepcion y comunicacion en la sociedad actual. Barcelona: Herder, 2017.

KANT, I. Crítica da razão prática. São Paulo: Lafonte, 2018.

_____. Crítica da razão pura. São Paulo: Edições e Publicações Basil Editora S.A., 1958.

LATOUR, B. DIANTE DE GAIA: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Rio de Janeiro: Editora UBU, 2020.

_____. **CIÊNCIA EM AÇÃO:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Unesp, 2011.

_____; **WOOLGAR, S. A VIDA DE LABORATÓRIO:** a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MACHADO, R. CIÊNCIA E SABER: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

MARX, K. O CAPITAL: crítica da economia política. **LIVRO I:** o processo de produção do capital [1867] São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. Em defesa da escola - uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MISKOLCI, R. TEORIA QUEER: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

NIETZSCHE, F. GENEALOGIA DA MORAL: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. A gaia ciência. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Obras incompletas. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

OLIVEIRA, R. D.V.L.; FARY, B.A.; POLIZEL, A.L. Humanizar a educação em química? Significados e espaços formativos. Debates em educação, v.13, n.2, 2021, p.150-170

POLIZEL, A.L. PERCEPÇÕES DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: currículos pastorais e o professor enquanto catequista. Revista Amazônida, v.4, n.1, 2019a, p. 01-16

_____. É possível uma educação para as sexualidades em meio ao desejo 'cidadãos de bem'?. In: MAIO, Eliane; OLIVEIRA, Marcio de. (Orgs). Gênero, sexualidades e diferenças: categoria de análise, (des)territórios de disputa. Maringá: Eduem, 2019b, p 43-60

_____. O culto aos currículos: movimentos sociais, fetichização e a produção do outro a ser combatido. In: Anais do 5º Simpósio Internacional de Educação Sexual, Universidade Estadual de Maringá, 2017, p. 1-13.

REICH, W. A psicologia de massas do fascismo. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T.T. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2013, p. 159-177.

SCHWARCZ, L.M. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, J.G.; SILVA, G.M. Escola sem Partido ou partido do mercado? In: Anais do 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, 2019, p. 4092-4105

SILVA, T.T. CURRÍCULO COMO FETICHE: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, T.T. DOCUMENTOS DE IDENTIDADE: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SOUZA, I.P.D. “ESCOLA SEM PARTIDO”: ciência e docência entre o banco dos réus e a fogueira inquisitorial. Pesquisa e Debate em Educação, v.11, n.2, 2021, p.1-15

TIBURI, M. Como conversar com um fascista. Rio de Janeiro: Record 2016.

TSING, A.L. VIVER NAS RUÍNAS: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.